

Autonomia política abre o debate no Congresso

Maior temor dos constituintes é quem será o futuro inquilino do Palácio do Buriti

JOAQUIM FIRMINO



O Palácio do Buriti: principal temor é abrigar alguém da oposição

Representação política incerta

A primeira questão que surge no debate sobre a autonomia política do Distrito Federal é o nível de sua representação política. Também neste ponto há consenso entre os parlamentares que representam o DF. Eles desejam assegurar nesta Constituinte a realização de eleições para governador e Assembleia Legislativa. Posteriormente, os deputados distritais teriam a tarefa de elaborar a Lei Orgânica, dispendo sobre a organização dos Poderes Legislativo e Executivo. Nesta fase, poderia ser debatida e implantada a descentralização administrativa do DF, com a criação de conselhos comunitários nas administrações regionais. Mas a bancada de Brasília não quer discutir isso agora, argumentando que o debate poderia trazer divisões, enfraquecendo a proposta básica.

"Não vamos discutir, porque não podemos nos dispersar. Isto abriria brechas para quem está contra nós", argumenta o senador Meira Filho (PMDB). Dentro deste raciocínio, ele se nega a debater qualquer aspecto da autonomia do Distrito Federal. O seu trabalho será feito nos bastidores da Constituinte. Já o deputado Jofran Frejat (PFL) não foge de uma análise sobre as possibilidades existentes em relação à representação política do DF.

"A extensão desta repre-

sentação vai depender do que ficar definido na Constituinte. Se optarmos pela eleição do governador e da Assembleia Legislativa, haverá a possibilidade de representação política para as cidades-satélites. Se a opção for por prefeito e Câmara de Vereadores, fica prejudicada qualquer tentativa de estender esta representação até as satélites", explica Frejat. Ele esclarece que ainda não se posicionou sobre este detalhe, mas não afasta a possibilidade de representação em todos os níveis. Reconhece que isto custaria muito dinheiro, mas acrescenta que "há coisas muito mais caras que ninguém critica".

O deputado Walmir Campelo (PFL) admite que é simpático à existência de vereadores, paralelamente aos deputados distritais. Mas, na sua concepção, estes vereadores seriam eleitos de acordo com a proporcionalidade das cidadessatélites. Não haveria choque de atribuições, porque os deputados distritais ficariam responsáveis pela fiscalização e acompanhamento do governo do Distrito Federal, aprovando os planos de governo e controlando a aplicação dos recursos, enquanto os vereadores cuidariam dos problemas do dia-a-dia das comunidades, como pavimentação, iluminação pública e saneamento básico.

O senador Pompeu de Souza (PMDB) acha que o

importante é garantir a eleição de um Poder Legislativo próprio para o DF, encarregado de elaborar a sua Lei Orgânica: "O resto é questão de semântica". Esta carta institucional deve prever toda a estrutura de poder do Distrito Federal, inspirada na Constituição Federal, mas observando as peculiaridades regionais. "É um abuso que o Congresso, mesmo sendo constituintes, desça a estes detalhes. É composto por 11 parlamentares do DF e mais de 500 de outras unidades da Federação. Estes parlamentares não conhecem a nossa realidade histórica e social e não têm compromisso de lealdade com o DF", lembra Pompeu de Souza.

A posição do senador Mauricio Corrêa (PDT) é um tanto cautelosa. Ele defende a manutenção do DF como "entidade jurídica anômala e sui generis". Mas deixa claro que "isto não impossibilita a sua autonomia. Podemos ter um Poder Legislativo próprio, o Poder Executivo eleito pelo povo e um Poder Judiciário autônomo". Este terceiro ponto é novidade nas reivindicações da bancada local. Corrêa entende que a vinculação do Judiciário à União "tem sido nefasta para a obtenção de recursos e encaminhamento de providências, inclusive de caráter administrativo, que deveriam depender do DF".

Nenhum temor com oposição

O que aconteceria se um opositorista como Brizola ou Maurício Corrêa assumisse o Palácio do Buriti, ainda durante o mandato do presidente José Sarney? Nada, afirmam os parlamentares do Distrito Federal. "Esta preocupação é uma imaturidade política, que declara os brasilienses como politicamente incapazes", argumenta o senador Pompeu de Souza (PMDB). Ele lembra que em todo o mundo os prefeitos das capitais são eleitos pelo povo, sem que se registrem os incidentes temidos pelo atual governo brasileiro.

Pompeu de Souza cita até dois exemplos bastante interessantes. O prefeito de Washington é um democrata negro, para desgosto do republicano Ronald Reagan, "mas nem por isso há desrespeito ao presidente". Já o prefeito de Roma, um integrante do Partido Comunista, "nunca pensou em botar fogo no palácio do governo dos democratas-cristãos e nem mesmo no Vaticano".

E o que pensa da questão o próprio senador Mauricio Corrêa? Não vê qualquer problema. Mas, se fosse o governador, como agiria no dia 27 de novembro do ano passado? Retiraria os manifestantes da Esplanada a cacetetes? "Nunca. Afinal, eu estava lá no meio", responde o senador. Então, deixaria que os manifestantes seguissem até o Palácio do Planalto? "Aí você já está me apertando", comenta Mauricio Corrêa.

Mas ele logo responde que teria resolvido o problema com diálogo, algo que não foi tentado naquela oportunidade. Também considera que "o secretário de Segurança Pública tem que ter competência para garantir a segurança do povo, e não apenas do poder dominante".

Já o deputado Augusto Carvalho (PCB), salienta que a questão da segurança se coloca "quando há distanciamento entre o Governo e as aspirações populares. Quanto mais o processo democrático avança, menos situações daquele tipo se configuram. E os conflitos podem ser resolvidos com diálogo, sem que se torne necessária a utilização da força".

A anistia ampla, geral e irrestrita para Brasília — já que se tratava de uma cidade cassada, como dizia Tancredo Neves — nunca esteve tão próxima. Poucos duvidam da disposição da Constituinte em determinar a realização de eleições diretas para governador e Assembleia Legislativa do Distrito Federal. Mas ainda restam alguns pontos a serem definidos. Tende a crescer, a partir de agora, o debate sobre a autonomia política, legislativa, administrativa e financeira do DF. A bancada regional está fechada em defesa desta proposta, sem exceções, mas todos sabem que esta auto-

nomia não será conquistada de graça. O trabalho de convencimento dos demais constituintes já começou, e promete ser árduo. Nesta entrevista exclusiva ao CORREIO BRAZILIENSE, eles explicam por que querem a autonomia e tentam derrubar as teses daqueles que se colocam contra esta proposta. A independência financeira virá com a autonomia política, garantem. Também não temem a eleição de um governador de oposição ao Palácio do Planalto. Este temor demonstra imaturidade política, argumentam os nossos constituintes.

Povo deseja traçar o próprio destino

LUCIO VAZ
Da Editoria de Política

Pela sua redenção econômico-financeira, em atendimento de uma antiga aspiração da população ou simplesmente por uma questão de princípio. Estes são os motivos básicos que levam os parlamentares brasilienses a defenderem a autonomia do Distrito Federal. Mas uma unidade da Federação que tem 60 por cento do seu orçamento custeado pela União pode ser autônoma? Pode, garantem convictos os representantes do DF no Congresso Nacional.

Os argumentos em favor da autonomia são sempre semelhantes. O deputado Jofran Frejat (PFL) coloca três idéias básicas: "Em primeiro lugar, os governantes que passaram por aqui não se identificavam com os problemas da cidade. Então perderam tempo até conhecer estes problemas; em segundo lugar, um governador eleito terá mais compromissos com a cidade; e, em terceiro, uma eleição é sempre salutar. Hoje, o Presidente escolhe governadores de sua confiança, mas isto não significa que sejam da confiança do povo de Brasília".

A deputada Márcia Kubitschek lembra que "esta grande aspiração do povo de Brasília foi muito debatida durante a nossa campanha eleitoral. Agora, tornou-se um compromisso nosso com o povo brasileiro". Já o senador Meira Filho (PMDB) tem um argumento mais simples: "Aqueles que tiveram capacidade para construir a cidade devem ter a capacidade de governá-la".

O deputado Walmir Campelo (PFL) tem um discurso mais enérgico em relação a esta questão: "Não estamos mais em época de termos governadores nomeados, que não representam a vontade do povo e sequer conhecem os problemas da comunidade. Brasília é uma cidade adulta, que deve ser corresponsável pelo seu governo". Neste ponto, pelo menos, ele concorda inteiramente com o comunista Augusto Carvalho (PCB), que não vê justificativa para que "o processo de democratização do País continue excluindo o povo do Distrito Federal do pleno exercício da cidadania".

O deputado Geraldo Campos (PMDB) segue nesta linha de raciocínio, argumentando que "a administração de um governador eleito tende a ser mais transparente e mais entrosada com a comunidade". Também entende que "não pode permanecer a situação vivida durante o período de ditadura, quando Brasília servia como contrapeso, sendo ofereci-

LUCIO BERNARDO



Maurício Corrêa: diálogo

Executivo vai perder espaço com prefeito?

Esta é, sem dúvida, uma questão polêmica, de acordo com o relator da Comissão da Organização do Estado, senador José Richa (PMDB-PR). Embora "simpático" à idéia da autonomia política para o Distrito Federal, ele diz que esbarra neste momento em um problema técnico, que é o de compatibilizar a denominação do governante com a função da região administrativa que irá governar. "Um distrito não é um município", lembra ele, "mas talvez um prefeito fosse mais compatível com a função de um governador", admite o senador.

A figura de um prefeito, no entanto, não agrada a alguns membros da bancada do DF no Congresso Constituinte. No que diz respeito ao status, um prefeito perde em importância a qualquer cargo público que transita ou é exercido em Brasília. Para o deputado Francisco Carneiro (PMDB), "retroagir a estado de prefeito não parece ser uma idéia que atenda

ao que espera o povo". Já para o deputado Jofran Frejat (PFL), embora reconhecendo que a nomenclatura pouco importa desde que se consiga efetivar a autonomia política, deve-se arranjar "um título que dê relativa importância a quem assumir o cargo".

A questão foi levantada durante uma reunião da Comissão da Organização do Estado. O deputado Tuiuba Figueiró (PMDB-MS) lembrou que o título de governador foi criado depois de 1964, "para atender a vaidade pessoal de quem só queria o cargo se fosse denominado governador". Até então, o Distrito Federal tinha prefeito, o que, para o senador José Richa, pode ser mais adequado pois dá a idéia de ser um administrador. Jofran Frejat acha, no entanto, que esta denominação diminui seu detentor, "em uma cidade que recebe tantos convidados de outros Estados, tanta gente do corpo diplomático e ainda reúne senadores e deputados federais", lembra ele.

da como prêmio às lideranças que não eram aproveitadas nos ministérios".

Para o deputado Francisco Carneiro (PMDB), a autonomia de Brasília é mais do que uma reivindicação, tornando-se uma necessidade: "Isto é um fato porque Brasília não é mais apenas a capital administrativa do País, mas sim um centro irradiador da economia e da produção do Centro-Oeste. Para o desenvolvimento do seu potencial industrial e comercial, torna-se necessária a sua autonomia, para que o seu governador, eleito pelo povo, tenha com ela uma íntima responsabilidade".

Mas há quem entenda que não pode ser autônoma uma unidade da Federação que não é capaz de promover a sua auto-sustentação. "Nada mais irreal", responde o senador Mauricio Corrêa. "Hoje, todos os estados da Federação dependem da União. Inclusive São Paulo já veio a Brasília pedir dinheiro". Já o senador Pompeu de Souza lembra que G'io Distrito Federal não é independente financeiramente em função da atual situação tributária. Com a reforma tributária que está a caminho, o DF terá recursos para a sua própria gestão financeira".

O deputado Francisco Carneiro concorda com esta tese, salientando que Brasília é a quarta cidade do Brasil em arrecadação de Imposto de Renda e a sétima de ICM e ISS. Com a experiência de ex-secretário da Indústria e Comércio, ele lembra que o Distrito Federal conta hoje com mais de 40 mil empresas industriais e comerciais, funcionando como entreposto por onde passa toda a produção de Brasília até o Vale do São Francisco. Finalmente, lembra que "Brasília tem todas as condições de promover a sua indústria não-poluente para garantir a sua autonomia financeira, em conjunto com os recursos destinados pela União para a manutenção dos serviços que são comuns ao DF e à União".

O deputado Jofran Frejat (PFL) considera "muito pobre" o argumento da insustentação: "Se olharmos o resto do Brasil, não tem estado com suficiência de recursos". Mas ele não se nega a analisar em detalhes a situação do Distrito Federal: "De um orçamento de Cz\$ 9 bilhões, em 86, cerca de Cz\$ 6 bilhões foram transferidos pela União, mas o fato é que nenhuma outra cidade precisa manter área de embaixadas, grandes clubes ou um Eixo Monumental. Todos estes detalhes não são atribuições da cidade Brasília, mas sim da capital federal".



Pompeu não teme um opositorista e Meira Filho atua nos bastidores



José Richa: idéia simpática